



A Diretora do IIED, Camilla Toulmin analisa de que maneira as ações, na Rio+20 e depois dela, podem ajudar a construir um planeta justo e sustentável para o futuro.

## Um plano de ação de ‘três pontos’ para um mundo justo e sustentável

Vivemos em uma era de incomparável riqueza e extraordinárias façanhas tecnológicas, cada vez mais conectados através do globo através de uma rede de links econômicos ambientais e de comunicação. Entretanto, os extremos em matéria de riqueza e oportunidades de vida — nas e entre as nações — são maiores do que nunca. A cada avanço na riqueza material corresponde, inversamente, correspondem extremos de fome e empobrecimento, ao lado de obesidade e consumo desenfreado. Os custos da crise financeira — há quatro anos atrás — mostram como a busca frenética por satisfazer a ganância individual pode dar origem à destruição, para a maior parte da sociedade. Temos, mais do que nunca, acesso a evidências e informação que demonstram os riscos que estamos correndo quanto à estabilidade socioambiental. No entanto, a vontade de agir a partir do conhecimento e compreensão de tais riscos é minada pela inércia, miopia e pela defesa de interesses, no sentido de manter as coisas como estão. A Rio+20, em junho, oferece um vigoroso e necessário espaço para exortar a uma mudança de direção e de aparelhamento de nosso modelo econômico, tendo em vista gerar uma participação justa, num planeta estável e resiliente.

### Para além das estatísticas

Danica May Camacho, das Filipinas, é muito nova para falar mas já é famosa porque nasceu em 30 de outubro de 2011, no dia em que a população mundial alcançou a marca de 7 bilhões

Entre todos os bebês especiais nascidos naquele dia, a ONU a escolheu para ser a alma, cuja chegada mudou a estatística, um símbolo para todos nós. Quando ela tiver 20 anos o mundo estará diferente, de várias maneiras. Será ele o mundo justo, verde e seguro que tantos de nós desejamos? Será o pesadelo ecológico que os ‘profetas do apocalipse’ vendem? Ou vai levar-nos mais adiante e para baixo, no caminho disfuncional que estamos trilhando agora — no qual os ricos ficam mais ricos, enquanto os pobres se acotovelam sobre uma parcela cada vez menor de recursos naturais? Será o futuro que desejamos, ou o futuro chegará por negligência, porque ninguém teve a coragem de pensar e agir em longo prazo? Após 40 anos de pesquisa nesse campo, IIED apresenta um plano de ação de ‘três-

pontos’ para assegurar que o mundo reservado a Danica seja um mundo no qual valha a pena crescer.

O futuro interessa a todos nós, mas nem sempre agimos como se fosse assim. Nossos desejos universais normalmente mergulham numa simples receita de saúde, segurança e liberdade para aproveitarmos nossas vidas sem prejudicarmos os outros. Em Junho, quando os líderes mundiais se reunirem no Rio de Janeiro, Brasil, para marcar o 20º aniversário da Cúpula da Terra (Rio+20), as decisões que eles tomarem poderão ter um papel importantíssimo na determinação do futuro de Danica — e do futuro de todos nós. É a chance de refletir sobre o ponto em que chegamos, considerar para onde vamos a partir daqui e trabalhar com aliados para reiniciar o curso em direção ao nosso futuro.

Uma visão superficial dos últimos 20 anos pinta um cenário cor-de-rosa, no qual renda e prosperidade nunca foram maiores. A economia praticamente dobrou e a renda média per capita aumentou 40%. Aproximadamente 455 milhões de pessoas saíram da

## Indicadores políticos

### Os modelos de atividade

econômica atuais estão alimentando uma tripla crise marcada pelo stress ambiental, uma imensa desigualdade entre as pessoas e as nações e um oneroso fracasso nos mercados financeiros.

### A visão de futuro do IIED,

construída em parceria com outros é de um mundo justo e sustentável, no qual os países e as comunidades respeitam os limites planetários, recursos são compartilhados de maneira mais equitativa, os mais ricos consomem menos e todos nós consumimos de forma adequada.

### Consideramos três áreas

chave, nas quais uma ação concentrada pode ajudar a transformar essa visão em realidade: desenvolvimento localizado, investimento em resiliência e uma avaliação realística da escassez de recursos.

## Segurança vem de partilhas mais justas e não da ampliação das disparidades de ganho e oportunidades

pobreza, com crescimento marcado, em especial, no Brasil, China e Índia. Significativo progresso aconteceu no acesso à educação, saúde e água devido, em parte, aos compromissos governamentais assumidos com as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Mas um olhar mais atento, para além das estatísticas, revela uma realidade mais problemática, marcada por um rápido crescimento da desigualdade entre povos e nações e evidências de aumento — em alguns casos irreversível — dos danos

ambientais. Em muitos lugares, as necessidades de hoje estão atropelando as do futuro com as demandas por solo, água, ecossistemas e atmosfera, excedendo a possibilidade de tais recursos se renovarem.<sup>1</sup>

Fazendeiros do meio oeste norte-americano, Punjab e boa parte do Oriente Médio, por exemplo, estão tirando de rios e aquíferos, muito mais do que consegue ser repostos. A água deve ser utilizada com muito mais parcimônia, caso se deseje colheitas nas próximas décadas. Da mesma forma, muitos estoques pesqueiros em rios, oceanos e médios oceanos têm sido tão pesadamente explorados que poderão jamais recuperar sua presença e produtividade.

### A crise tríplice

**Crise ambiental.** Para milhões de pessoas em países de baixa renda, em luta com o fornecimento irregular de água, inundações e secas mais frequentes, além dos crescentes danos decorrentes de aumento das tempestades — cada vez mais fortes — e da elevação do nível do mar, os impactos das mudanças climáticas são claramente visíveis.

Uma pequena minoria de céticos, com assumidos interesses no status quo, pode tentar menosprezar essas evidências, mas a ciência é inequívoca: o clima mundial está mudando e isso causará impacto nas pessoas e no planeta. E, no entanto, emissões de gases de efeito estufa que alimentam as mudanças climáticas permanecem timidamente monitoradas e — no caso daquelas provenientes dos combustíveis fósseis — positivamente encorajadas por subsídios anuais, da ordem de US\$500 bilhões.<sup>2</sup>

Mas as mudanças climáticas não são o único desafio que enfrentamos. A forte demanda por recursos naturais, estimulada pelas populações crescentes e em ascendência — especialmente nas nações em rápido desenvolvimento como os 'BRICs' (Brasil, Rússia, Índia e China) — está aumentando o custo de muitas mercadorias, incluindo óleo, e levando-nos para mais perto de vários limites de stress ambiental.

Para além das mudanças climáticas, já ultrapassamos outras duas, das nove 'fronteiras planetárias' —

nitrogênio e biodiversidade — que definem um 'espaço operacional seguro para a humanidade' e evitam possíveis pontos críticos.<sup>3</sup> Não é tarde demais para mudar o curso, mas precisamos encarar a Rio+20 como uma oportunidade chave para o comprometimento na construção de uma 'economia verde', baseada em justiça e eficiência na maneira de usarmos os bens planetários.

**Crise social.** O número de pessoas sofrendo de extrema pobreza caiu nos últimos 20 anos, mas a desigualdade de renda cresceu em níveis jamais vistos, tanto nas economias de alta, quanto nas de baixa renda.<sup>4</sup> Os 10% maiores detentores de rendimentos viram sua participação crescer muito mais rapidamente do que os 10% menores e, no mundo todo, considera-se que os 10% mais ricos controlam 57% da renda global.<sup>5</sup>

O consumo desenfreado e a desigualdade estão alimentando uma batalha sem vencedores enquanto as pessoas buscam superar, umas às outras. Problemas sociais e de saúde são piores nos países mais desiguais, portanto, moderar tais desigualdades crescentes seria boa prática e decorreria de senso ético social.<sup>6</sup>

Ao mesmo tempo, mercados não fiscalizados, falta de regulação e controles de risco negligentes têm servido para concentrar poder e capital nas mãos de grandes corporações — enquanto 13% das pessoas estão desnutridas, 21% vive na pobreza e, em torno de 30% não tem acesso a medicamentos essenciais.

A concentração de riqueza e poder, em poucas mãos, serve para alimentar o desassossego social e político, como testemunhado em 2011, com a propagação dos protestos pelo Norte da África e os movimentos 'Occupy' na Europa e na América do Norte. Também manipula as regras da economia em favor dos grandes possuidores de bens e dos grandes negócios. A influência corporativa e a falta de transparência nas tomadas de decisão governamentais significam minar direitos, recursos florestais e grandes extensões de terra têm sido apropriadas por gerações, sem compensação para as comunidades locais que lá viveram por gerações e que, hoje, daqueles dependem para sua sobrevivência

**Crise financeira.** A construção do 'boom' e a quebra nos mercados financeiros entre 2007–2008 demonstram a poderosa influência da ideologia e dos interesses na geração de uma imensa bolha global que nenhum governo estava preparado para desinflar.<sup>7</sup> O custo econômico total da quebra permanece incerto mas estimativas alcançam um ano de Produto Interno Bruto Global, o que significa mais de US\$60 trilhões.<sup>8</sup> Compare isso com o investimento anual de apenas 2% do mesmo Produto Interno Bruto Global (US\$1.2 trilhões) considerado necessário para manter o aquecimento global em 2° Celsius.<sup>9</sup>

Qualquer que seja o montante do custo final, o esmagamento do crédito desencadeou massivos impactos nas pessoas, nações e instituições, ao redor do

mundo. Os picos dos preços enriqueceram alguns, mas empurraram milhões para uma enorme fome, enquanto o rompimento da bolha bancária no hemisfério Norte deixou uma trilha de dívidas, medo e instabilidade política, mais evidente na Eurozona. A enorme influência dos bancos sobre os políticos foi desnudada pela crise, com a disposição de derramar uma enorme quantidade do dinheiro dos contribuintes para afiançá-los sem nenhuma exigência de responsabilidade recíproca para com a sociedade.

Na Rio+20 ouviremos uma vasta gama de pessoas interessadas expressar suas visões sobre como abordar a crise tríplice. Eles poderão discutir a melhor rota para o desenvolvimento sustentável, mas muitos concordam que precisamos um modelo diferente de atividade econômica se desejarmos viver dentro dos limites do nosso próprio planeta, de maneira a garantir participação justa para todos. Desde a Conferência da Terra, em 1992 — ocorrida logo após a queda do Muro de Berlim e do colapso da União Soviética — a economia de mercado tem sido alardeada como a resposta para todos os males. No entanto com um único planeta compartilhado, sob crescente stress, não podemos nos permitir as conseqüências cumulativas do individualismo e da ganância. Um processo coletivo de decisão é, mais do que nunca, urgente.

## Um plano de ação de três pontos

Há quarenta anos, quando o IIED foi fundado, era uma das primeiras organizações a reconhecer as críticas conexões entre as redes econômica, ambiental e social necessárias para garantir crescimento sustentável e prosperidade. Bárbara Ward, fundadora do IIED, deixou clara a urgência de entender que num único planeta, as prospecções individuais para o futuro dependem das demandas de todos os demais, com relação a esta Terra compartilhada. Em 1972 ela escreveu que é necessário um imenso salto de imaginação enxergar que “nós podemos danificar a biosfera inteira. Recursos não são ilimitados. Estados agindo separadamente podem produzir um desastre planetário”.<sup>10</sup>

A visão do IIED, construída sobre evidências, ação e influência, em parceria com outros é a de um planeta justo e sustentável. Por quatro décadas pesquisamos, aconselhamos e advogamos o desenvolvimento sustentável — desenvolvimento que melhore a subsistência de maneira a proteger o meio ambiente no qual essa subsistência é construída, particularmente nos países e comunidades mais pobres.

Em nossa visão as tramas ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável estão fortemente reunidas em um único tecido, com o qual devemos costurar um mundo melhor — onde todos reconhecem e respeitam os limites planetários, onde recursos são mais equitativamente distribuídos, onde os mais ricos consomem menos e todos consumimos inteligentemente — por exemplo, cortando o desperdício, reduzindo o

uso de energia e reciclando tudo o que pudermos. Esse é um mundo no qual nossa busca por ganho mantém o bem estar das pessoas e do planeta e onde todos somos mais responsáveis pelas decisões que tomamos.

Um planeta mais justo e sustentável é aquele no qual temos ciência de que os recursos dos quais a vida depende são finitos e o preço de usá-los precisa refletir o verdadeiro custo em termos de escassez e externalidades, que se impõe aos outros. Isso ajudará a gerar os incentivos para pesquisa e inovação a fim de utilizar nossos limitados recursos mais eficientemente.

Mas temos também que reconhecer que a uma ciência hábil não pode forçar os limites planetários além de um certo ponto e assim, para construir um equilíbrio nas contas e encaminhar as necessidades dos pobres, precisamos administrar o consumo excessivo. Todas as evidências mostram que além de um certo nível de ganho, a ‘felicidade’ reportada pelas pessoas não cresce junto com o aumento de renda; uma transferência de consumo dos ricos para os pobres poderia trazer um maior bem estar mundial agregado.

Transformar a visão do IIED em realidade requer engajamento, imaginação e vontade coletivos. Requer que pessoas, corporações e governos admitam que as maneiras atuais de conduzir a economia não estão funcionando nem para a maioria, nem para o futuro. Mudar a nossa atual maneira de viver e trabalhar é possível e poderá garantir que deixemos uma herança para as próximas gerações, da qual poderemos nos orgulhar.

No IIED, vemos três áreas chave nas quais uma ação concentrada pode fazer uma verdadeira diferença e mover-nos de uma crise econômica, ambiental e social para um planeta justo e sustentável: desenvolvimento localizado, investimento em resiliência e utilização de indicadores que proporcionem uma avaliação realística da escassez de recursos (veja Figura, no verso).

Precisamos virar nossa visão de mundo de cabeça para baixo, A Rio+20 não pode ser um lugar no qual líderes espertos desenhem um plano global que cascateie pela implementação regional, nacional e local. Ao contrário, a conferência precisa começar com o bem estar das pessoas comuns e julgar a efetividade das ações tomadas pelos governos e corporações pelo nível em que elas proporcionem respostas tangíveis para as necessidades de muitos, não de poucos.

Costuma-se dizer que é possível medir o valor de uma sociedade pela maneira como o mais fraco de seus membros é tratado. Da mesma forma, uma sociedade global da qual se pode ter orgulho é aquela que mede seu sucesso pela atenção que coloca nas necessidades dos mais pobres. A globalização é uma força poderosa, no entanto, possuímos mecanismos globais efetivos para administrar seus impactos agregados e compensações. Num mundo de mais de 200 Estados-nações, o privilégio da soberania nacional

## Num único planeta compartilhado, um processo coletivo de decisão é, mais do que nunca, urgente

tem sido mantido à custa das necessidades coletivas. Se o mundo fosse uma única entidade política é difícil acreditar que pudéssemos testemunhar tais disparidades em poder e riqueza. Para navegar no século 21 com sucesso precisamos encaminhar tais

desigualdades diretamente: segurança vem de partilhas mais justas e não da ampliação das disparidades de ganho e oportunidades.

O catálogo de atividades do IIED mostra que a mudança é possível e traz resultados.

Tentamos e testamos uma série de estratégias que reforçam mutuamente as três redes do desenvolvimento sustentável para levar benefício às pessoas, ao planeta e aos ganhos — de federações de pobres urbanos, que melhoram a vizinhança nas cidades a modelos de negócios inclusivos, que ligam os pequenos produtores rurais aos mercados de exportação, e atuando para fortalecer pequenos empreendimentos florestais, aumentando a voz de grupos marginalizados nas negociações globais.

### Desenvolvimento localizado: fortalecendo direitos e responsabilidades locais

Os caminhos para o desenvolvimento localizado são muitos e incluem reconhecer os recursos, propriedade e cargos das comunidades, apoiar organizações de vizinhança e capacitar a tomada de decisão local. Nossos quarenta anos de trabalhos nos dizem que o controle local dos recursos naturais é o caminho mais seguro para aumentar o investimento no uso sustentável de florestas, solo e água e tal uso, propriamente dito. Para milhões de pobres rurais no mundo que dependem desses recursos para sua subsistência e seu estilo de vida, manter sua produtividade no longo prazo não é uma questão de debate, mas de sobrevivência.

#### Construindo vizinhanças sustentáveis

Apoiada pelo IIED com recursos da Fundação Bill & Melinda Gates, a Asian Coalition for Housing Rights ajudou mais de 700 grupos locais a co-financiar, desenhar e implementar melhorias na vizinhança em 18 países Asiáticos. Mais de US\$10 milhões foram investidos até hoje e cada comunidade contribuiu com um quarto dos recursos necessários para cada projeto. Como resultado, mais de 192,000 casas tiveram melhoradas as condições de vida, incluindo propriedade segura e serviços essenciais, entre outros.<sup>14</sup>

Governos e grandes negócios podem ser céticos com relação a conceder direitos a populações locais, mas a evidência aponta para múltiplas oportunidades em termos de empreendimentos rentáveis, criação de empregos e manejo sustentável de recursos.

Das comunidades florestais do Nepal às famílias na Suécia, os lugares nos quais a população local tem direito assegurado sobre florestas, são marcados por paisagens florestadas, nas quais os negócios locais oferecem uma vasta gama de produtos florestais e serviços que favorecem não apenas a sociedade local, mas também o bem global. Pesquisadores estimam que as comunidades rurais investem cerca de US\$2.6 bilhões por ano, em atividades de conservação e manejo florestal.<sup>11</sup> Florestas manejadas por comunidades foram consideradas, pelo menos, tão bem conservadas quanto aquelas controladas pelo Estado, em áreas protegidas, além de trazerem benefício social adicional.<sup>12</sup>

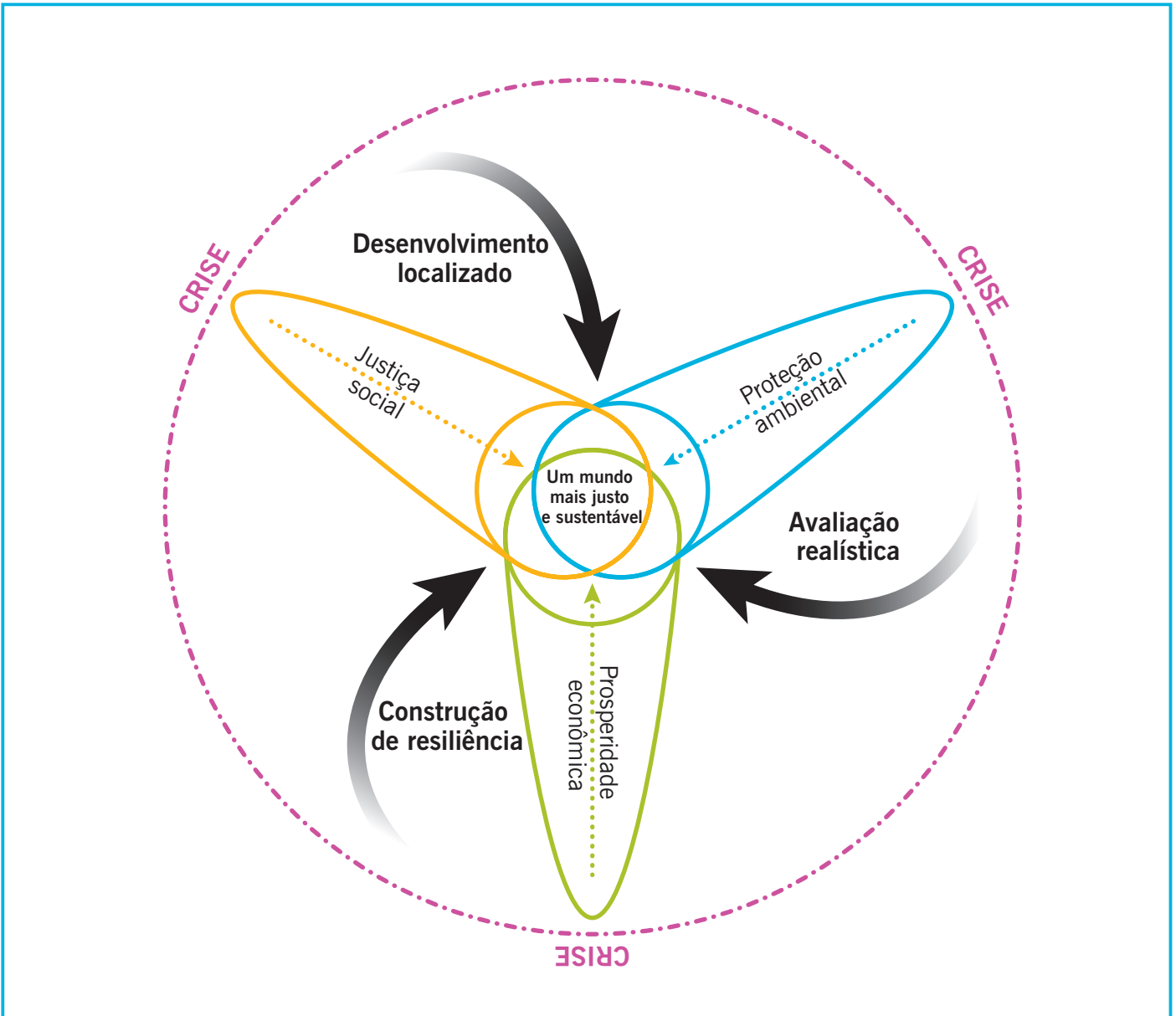
O valor do desenvolvimento localizado através da manutenção local da propriedade da terra pode ser visto em paisagens agrícolas, nas quais anos de pesquisa mostram que os direitos de propriedade assegurados significam maiores investimentos por parte dos fazendeiros na conservação da água e no manejo da fertilidade do solo. Também traz retorno para o estilo de vida da propriedade rural e para o manejo coletivo dos bosques e da pastagem.

Igualmente, modelos de investimento que oferecem alternativas para ocupações criam um interesse conjunto em terra e água manejados de forma sustentável, que combina um retorno mais seguro de longo prazo para investidores e benefícios para a população local, em termos de manutenção da posse da terra, empregos e melhor acesso a mercados e tecnologia.<sup>13</sup>

Também em áreas urbanas, desenvolvimento local tem provado ser o melhor caminho para melhorar os ambientes e assegurar prosperidade para os seus habitantes. Pela África, Ásia e América Latina as federações dos pobres urbanos lutaram, com sucesso para negociar com os governos municipais, melhorar as vizinhanças das cidades e administrar fundos coletivos (veja Construindo vizinhanças sustentáveis).

Promover um ambiente de negócios que favoreça os menores e os mais diversos atores é outra maneira de localizar o desenvolvimento. Isso significa reconhecer o valor do desenvolvimento da pequena empresa, limitando conscientemente o poder monopolista e nivelando a competição para todos.<sup>15</sup> Muito pode ser feito para promover modelos de negócios inclusivos, que envolvam as comunidades locais como parceiras — por exemplo, apoiando fornecedores locais de energia renovável, fortalecendo pequenos negócios florestais ou colocando em contato produtores rurais de pequena escala aos mercados locais e estrangeiros.

Figura. Três áreas nas quais a ação pode nos levar em direção a um mundo mais justo e sustentável



### Investindo em resiliência: ajudando as pessoas a lidarem com a mudança

Com uma população que deve alcançar nove milhões em 2050, demandas aumentadas sobre recursos finitos, uma duplicação das atuais emissões de gases de efeito estufa entre 2009 e 2050,<sup>16</sup> e um aumento das temperaturas globais que pode alcançar três graus ou mais, por volta de 2050, grandes transformações sociais, econômicas e ambientais são, agora, inevitáveis. Assegurar que os países e as comunidades sejam resilientes às mudanças que virão, torna-se uma componente crítica na construção de um mundo mais sustentável.

As mudanças climáticas são inevitáveis e seus impactos serão mais severamente sentidos pelos pobres. Há uma

necessidade real de apoiar a divulgação das medidas de adaptação de baixo para cima — em cidades e áreas rurais — de modo a construir a capacidade local para inovação. Há inúmeros exemplos do que é possível: da coleta da água da chuva e melhores sistemas de armazenamento de água à regeneração dos mangues ao longo das zonas costeiras, e desde a troca de sementes de culturas tradicionais resistentes à seca entre grupos de mulheres, até a construção de maiores sistemas urbanos de drenagem para enfrentar o fluxo das tempestades.

Muitos desses exemplos começam em nível local, com comunidades, organizações ou governos locais. Mas eles exigem ações em nível mais alto da cadeia, para garantir resultados de longo prazo, bem como acesso a financiamento seguro e flexível para encaminhar as prioridades de adaptação, desenvolver suas estratégias de longo prazo e construir uma resiliência climática.



## Seremos todos perdedores se deixarmos o futuro ser decidido por inércia, visão estreita e interesses subservientes

Conseguir o dinheiro necessário para as pessoas que precisam dele, não é simples. Nações ricas prometeram um justo e adequado financiamento de adaptação para ajudar os países pobres a enfrentarem as mudanças futuras. Mas eles têm, no entanto, que cumprir sua palavra. Os empenhos dos fundos

atuais estão bem abaixo das estimativas conservadoras acerca do que é necessário para prevenir danos em comunidades vulneráveis.<sup>17</sup>

A não ser que esforços significativos sejam

feitos para aumentar a responsabilidade nas instituições globais, integrar a adaptação nas políticas e práticas nacionais e engajar comunidades locais, não há garantia de que o dinheiro vá chegar às pessoas no local, ou encaminhar suas prioridades de adaptação. Muito do dinheiro empenhado para ajudar os países a se adaptarem às mudanças climáticas está preso na burocracia das instituições globais que não se responsabilizam pelos pobres.

Para além das efetivas medidas de adaptação e monitoramento, esforços para tecer abordagens de baixo carbono e economia verde são necessários, caso se deseje alcançar o aumento da resiliência climática. Isso inclui a utilização do poder governamental despendido para gerar mercados seguros e de longo prazo, para a produção correta. A política de segurança alimentar do Brasil, conhecida como Fome Zero, por exemplo, usa dinheiro do governo para comprar produtos diretamente dos produtores rurais de baixa escala, para distribuição em grupos inseguros, do ponto de vista alimentar, e programas escolares. Concentra-se nos mercados e hábitos alimentares locais, apoiando a segurança alimentar para produtores e consumidores e construindo resiliência.<sup>18</sup>

Certamente, investir em resiliência não é apenas adaptação às mudanças climáticas. É também capacitar países e comunidades para um melhor enfrentamento da instabilidade de recursos e dos choques econômicos. Nas cidades isso pode significar repensar a densidade urbana, como foi feito em Karachi, e no Paquistão, para alcançar um ecossistema urbano mais balanceado e diverso, capaz de reduzir as sobrecargas ambientais e oferecer às famílias pobres um conjunto de oportunidades muito melhor.<sup>19</sup> Ou pode significar tirar vantagem das economias da concentração, para melhorar a eficiência no uso dos recursos e cortar custos de transporte.

Nas áreas rurais isso pode significar escolher investir num grande número de pequenas barragens e sistemas de armazenamento de água, ao invés de poucas e grandes estruturas; e optar pela geração de energia descentralizada, através de milhares de painéis solares,

ao invés de grandes estações geradoras de energia centralizadas.

A ajuda aos negócios necessita um redesenho de maneira a refletir esse mundo tão diferente que encaramos hoje e precisaremos construir amanhã. A imagem simplista de um mundo dividido entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que dominou a segunda metade do século 20 falha em descrever a realidade de hoje. A tradicional agenda de ajuda bilateral não encaminha fundos seguros e suficientes para os desafios enfrentados pelos países de baixa renda que estão, agora, lutando com um vasto déficit de desenvolvimento e com os danos decorrentes de um stress climático crescente.

É tempo de renovar a visão coletiva de 'Apenas uma Terra' e do propósito das transferências globais, tanto para atender à pobreza e aumentar o acesso aos serviços essenciais, quanto para construir uma economia global mais justa e estável. Precisamos estabelecer níveis globais de impostos sobre os 'males' — por exemplo, através das taxas de transação financeira sobre grandes fluxos de dinheiro, impostos sobre aviação e taxas restritivas para combustíveis — a fim de gerar os meios financeiros para resolver problemas coletivos.

### Avaliação realista: utilizando medidas apropriadas de sucesso

O terceiro braço do plano de ação do IIED para o desenvolvimento sustentável é uma avaliação mais realista dos custos e benefícios ambientais e do bem estar humano. Repensar a métrica que usamos para acompanhar o progresso no desenvolvimento é uma necessidade. Os indicadores tradicionais como o PNB, que constituem a espinha dorsal da contabilidade das receitas nacionais, não inclui nenhum valor para a degradação dos recursos naturais ou do capital social.

Uma economia pode crescer no curto prazo, liquidando seu 'capital natural' — por exemplo, derrubando suas florestas ou depredando suas reservas minerais. Mas, tal crescimento acontece às expensas de 'serviços' vitais proporcionados pelas bacias hidrográficas florestadas, tais como água potável, regulação local do clima ou crenças espirituais e culturais. Nos países de baixa renda, a participação desses recursos naturais e serviços é de cerca de um terço da riqueza total<sup>20</sup> e tem um papel chave para garantir a milhões de pessoas segurança alimentar, água, abrigo, energia, um meio ambiente seguro no qual viver, trabalhar e a subsistência.

Monitorar o PNB pode informar se sua economia está crescendo. Mas não diz nada sobre se esse crescimento é sustentável. Métodos alternativos de medida — como aqueles acordados internacionalmente no Sistema de Contas Econômico-ambientais<sup>21</sup> — têm surgido, mas contas nacionais baseadas no PNB ainda são a maioria.

Se o PNB falha em contabilizar o capital natural, também falha em medir o bem estar social. “Dinheiro não compra felicidade” como diz o ditado; da mesma forma, o crescimento da receita não mede necessariamente o crescimento do bem estar. O PNB pode, mesmo, crescer em tempos de particular sofrimento: por exemplo, através do grande investimento na reconstrução, após um terremoto. Onde o crescimento nas receitas totais é alcançado sem preocupação com a distribuição é possível constatar que altos níveis de desigualdade erodem a coesão social e as instituições que são vitais para a saúde e o fortalecimento de nossas sociedades.

Alternativas que ambicionam apurar maior progresso social existem e necessitam maior aceitação. Estas incluem o Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Índice Nacional Bruto de Felicidade, no Butão, o de Suficiência Econômica, na Tailândia e o de Sociedade Harmônica e Economia Circular, na China.

Para além de mudanças nos sistemas utilizados para medir progresso, é igualmente importante considerar as falhas de mercado que causam problemas ambientais ou sociais, como as mudanças climáticas, poluição das águas, degradação dos solos, ou perda de biodiversidade, para garantir uma avaliação realista os recursos naturais. Colocar um preço alto e significativo no carbono é o primeiro e mais crítico passo.

Uma das abordagens tem sido regular — através das restrições ao desmatamento, controle do uso de fertilizantes à base de nitrogênio, ou banindo o comércio de animais selvagens. Mas regulações são normalmente dispendiosas e de difícil fortalecimento. Grupos poderosos podem, freqüentemente, encontrar meios de ficar à margem de tais regras, então, utilizar o mecanismo de preço é freqüentemente uma ferramenta mais rápida e poderosa em direção à mudança de comportamento.

Em alguns lugares, uma gama de mecanismos de incentivo têm sido experimentados e parecem

funcionar, baseados em pagamentos por serviços ambientais, onde os donos das florestas ou fazendeiros são pagos para manejar suas terras de maneira a proteger ou melhorar os serviços ambientais, tais como seqüestro de carbono, proteção das águas e conservação da biodiversidade.<sup>22</sup>

Outros métodos tentados e testados para encorajar a mudança nas práticas das companhias e no comportamento do consumidor incluem exigir que essas corporações divulguem sua performance ambiental e social, juntamente com sua rentabilidade financeira. Controles mais rígidos da publicidade — que encoraje o consumo excessivo — juntamente com limitações ao financiamento de partidos políticos, controle das atividades de lobby e a abolição dos subsídios à utilização de combustível fóssil poderiam também ajudar a controlar, nas companhias, práticas que não beneficiem nem as pessoas, nem o planeta.

## Fazendo progresso no Rio

Nós acreditamos que a ação e cada uma das três áreas acima — desenvolvimento localizado, investimento em resiliência e utilização de sistemas de medidas apropriados — é essencial para garantir o futuro de longo prazo para as pessoas, o planeta e os ganhos. Mais importante, a ação em cada uma dessas áreas é realizável e sabidamente eficiente: quarenta anos de experiência com parceiros pelo mundo mostraram ao IIED que é possível, desejável e urgente.

A Rio+20 oferece uma plataforma muito necessária para acordar na mudança em cada área chave. A agenda deveria se cristalizar na forma de Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, com governos estabelecendo o contexto para a ação local (veja Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável)

Qualquer que seja a cobertura, os ODSs precisarão trabalhar de maneira a implementar o desenvolvimento local, aumentar os investimentos em resiliência e utilizar, amplamente, avaliações realísticas.

## Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

O governo colombiano e outros países sugeriram o estabelecimento de Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, globais, ou ODSs, construídas com base Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e trabalhados juntamente com ações acordadas no âmbito das negociações das Nações Unidas sobre clima.

Aqueles advogando pelos ODSs sugerem que a Rio+20 seja o pontapé inicial do processo, identificando as principais áreas para cada meta e concordando acerca de um calendário para desenho das mesmas. A idéia é ter um firme conjunto de metas que possam servir de guia para a agenda global para o desenvolvimento sustentável em 2012, quando os os ODMs concluem seu período.

O que deveriam os ODSs cobrir? Há uma vasta gama de possibilidades: segurança alimentar e de acesso a água, acesso a energia, urbanização, redes de segurança social, saúde, gênero, educação, empregos verdes e oceanos, florestas, solo e biodiversidade sustentáveis. Mas também precisamos construir nos assuntos de distribuição, tais como encaminhar as questões de desigualdade e consumo exagerado, além de exigir responsabilidade dos governos e corporações.

A mudança é difícil, porque sempre há perdedores e ganhadores. Mas todos seremos perdedores se deixarmos o futuro ser decidido por inércia e visão estreita e interesses subservientes. Muito da discussão na Rio+20 se concentrará na 'economia verde' e como ela se relaciona com o Desenvolvimento Sustentável. E entre governos, negócios e grupos da sociedade civil há uma crescente mistura de atores que desejam fazer progresso efetivo em direção à sustentabilidade.

Muitos governos — incluindo Brasil, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Etiópia e Ruanda — vêem a agenda de baixo carbono e resiliência climática como uma chave para seu crescimento futuro. Do lado dos negócios, muitas companhias nos segmentos de comida e bebida reconhecem o imenso risco para o abastecimento, na manutenção dos atuais parâmetros de crescimento, enquanto que as companhias de energia querem que o governo corte, urgentemente, os subsídios à indústria de combustíveis fósseis. Companhias de seguro também vêem seus futuros ameaçados por um rápido aumento dos desastres relacionados às mudanças climáticas e os decorrentes pedidos de indenização por perdas e danos. Os investidores institucionais estão solicitando a abertura do mercado de carbono para habilitá-los a decidir onde investir para um retorno de longo prazo.

A massa dos grupos da sociedade civil, conduzida por grupos anti-pobreza, organizações ambientais e de

direitos, thinktanks, movimentos sociais e as ações dos cidadãos têm pressionado por mudança nessa direção, há décadas. Pensando que um acordo global seria a maneira de dar início a uma infinidade de ações locais, as pessoas reconhecem mais e mais que é a ação local que gera momentum e impulsiona a demanda por um acordo global.

Guiar os tomadores de decisão nos governos, negócios e sociedade civil para construir um futuro justo e seguro para Danica May Camacho nas Filipinas, e para todas as gerações pelo mundo, exige de nós a demonstração, através de exemplo local e evidência, com o que se parece, na prática, a sustentabilidade e pressionar nossos líderes a convencionar uma ação global. A experiência do IIED aponta para a primeira metade da equação: desenvolvimento localizado, construção da resiliência e avaliação realística. Se a Rio+20 vai preencher a segunda metade, ainda veremos.

#### ■ CAMILLA TOULMIN

*Camilla Toulmin é a diretora do IIED.*

*Este folheto foi preparado em conjunto com o time de estratégia do IIED; inclui contribuições de uma vasta gama de pesquisadores do IIED e outras pessoas.*

## Notas

- <sup>1</sup> Blue Planet Prize Laureates. 2012. *Environment and Development Challenges: The imperative to act*. Tokyo, Asahi Glass.
- <sup>2</sup> International Energy Agency. 2011. *World Energy Outlook*. IEA, Paris.
- <sup>3</sup> Rockström, J. et al. 2009. A safe operating space for humanity. *Nature* 461, 472–475
- <sup>4</sup> OECD. (2011). *An overview of growing income inequalities in OECD countries*. Paris, OECD
- <sup>5</sup> Raworth, K. 2012. *A safe and just space for humanity: Can we live within the doughnut?* Oxfam Discussion Paper. Oxfam, UK.
- <sup>6</sup> Wilkinson, R., Pickett, K. 2009. *The Spirit Level: Why equality is better for everyone*. Penguin Group.
- <sup>7</sup> Turner, A. 2012. *Economics After the Crisis: Objectives and means*. MIT Press, Cambridge.
- <sup>8</sup> Haldane, A. 2012. The doom loop. *London Review of Books* 34(4), 21–22. See [www.lrb.co.uk/v34/n04/andrew-haldane/the-doom-loop](http://www.lrb.co.uk/v34/n04/andrew-haldane/the-doom-loop)
- <sup>9</sup> Stern, N. 2012. *Climate change and the new industrial revolution. How we can get there: building national and international action*. Lionel Robbins Lectures. LSE, London.
- <sup>10</sup> Ward, B., Dubos, R. 1972. *Only One Earth*. Andre Deutsch, London.
- <sup>11</sup> Elson, D. 2011. *Investing in Locally Controlled Forestry: Reviewing the issues from a financial investment perspective*. The Forest Dialogue, New Haven, USA.
- <sup>12</sup> Porter-Bolland, L. et al. 2012. Community managed forests and forest protected areas: An assessment of their conservation effectiveness across the tropics. *Forest Ecology and Management* 268, 6–17
- <sup>13</sup> Cotula, L., Leonard, R. (eds). 2010. *Alternatives to Land Acquisitions: Agricultural investment and collaborative business models*. IIED, London.
- <sup>14</sup> IIED. 2011. *Shaping decisions for development*. IIED Annual Report 2010/11. IIED, London.
- <sup>15</sup> For information on IIED's work to assess how the rules that govern markets are designed and how they impact people, planet and profit, see <http://shapingsustainablemarkets.iied.org>
- <sup>16</sup> On current scenarios, the International Energy Agency told leading energy ministers that the world is on track for a long-term temperature increase of 6°C unless they change their priorities. The International Energy Agency (IEA) said on current trends, emissions would double from 2009 to 2050. See: [www.bbc.co.uk/news/science-environment-17847196](http://www.bbc.co.uk/news/science-environment-17847196)
- <sup>17</sup> Ciptel, D. et al. 2011. *Adaptation finance: How can Durban deliver on past promises?* IIED Briefing. IIED, London.
- <sup>18</sup> IIED/Hivos. 2011. *Rights-based versus market-based development: A false dichotomy for small-scale farmers?* Provocation Insights 2. IIED/Hivos. See <http://pubs.iied.org/G03122.html>.
- <sup>19</sup> Hasan, A. 2010. *High-density housing that works for all*. IIED Opinion. IIED, London.
- <sup>20</sup> Hamilton, K. et al. 2006. *Where is the Wealth of Nations? Measuring capital for the 21st century*. The World Bank, Washington DC.
- <sup>21</sup> See the System of Environmental-Economic Accounts (SEEA) website: <http://unstats.un.org/unsd/envaccounting/seea.asp>.
- <sup>22</sup> For more information on IIED's work on payments for environmental services, see [www.iied.org/markets-payments-for-environmental-services](http://www.iied.org/markets-payments-for-environmental-services)

O Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED) é uma organização de pesquisa política independente e sem fins lucrativos que trabalha no campo do desenvolvimento sustentável. IIED oferece perícia e liderança em pesquisar e alcançar o desenvolvimento sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. Este material foi produzido com o apoio generoso do Danida (Dinamarca), DFID (Reino Unido), Irish Aid (Irlanda), Norad (Noruega) e Sida (Suécia).

Contato: Camilla Toulmin  
[camilla.toulmin@iied.org](mailto:camilla.toulmin@iied.org)  
 80–86 Gray's Inn Road,  
 London WC1X 8NH, UK  
 Tel: +44 (0)20 3463 7399  
 Fax: +44 (0)20 3514 9055  
 Site: [www.iied.org](http://www.iied.org)

